

# Turismo e desenvolvimento local sustentado\*

Elizabeth Loiola\*\*

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. A questão do desenvolvimento; 3. A questão do desenvolvimento turístico; 4. Considerações finais: em busca de evidências para a consistência de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. The development issue; 3. The tourist development issue; 4. Final remarks: searching for evidence for a consistent sustainable tourist development model.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento econômico; setor turístico; projetos turísticos de desenvolvimento local sustentável.

KEY WORDS: economic development; tourist sector; local and sustainable tourist projects.

Embora de crescente importância para a dinamização de economias em países desenvolvidos e em desenvolvimento, o setor de turismo tem sido muito pouco estudado pelos teóricos do desenvolvimento econômico. Este artigo objetiva preencher parte dessa lacuna, realizando uma revisão bibliográfica crítica das vertentes teóricas de desenvolvimento local e de desenvolvimento sustentado à luz de uma abordagem de inspiração institucionalista, que ainda está em estágio preliminar de formulação. Essa visão institucionalista foi utilizada para analisar o setor de turismo, sobretudo em países em desenvolvimento, e discutir a viabilidade de projetos de desenvolvimento local sustentado cujo eixo principal seja a atividade de turismo. O artigo foi desenvolvido exclusivamente com base em fontes secundárias e registra um expressivo esforço de levantamento em fontes secundárias de resultados de pesquisas de campo, realizadas sobre a atividade turística dentro e fora do Brasil.

---

\* Artigo recebido em fev. 2003 e aceito em jul. 2004.

\*\* Doutora em administração, professora adjunta da Escola de Administração da UFBA e pesquisadora do CNPq. Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº — Vale do Canela — CEP 40110-100, Salvador, BA, Brasil. E-mail: belo@ufba.br.

### Tourism and sustainable local development

Despite its increasing importance, the tourist sector has been neglected by scholars. This article intends to fulfill part of this need, presenting a critical review of the theoretical literature on local and sustainable development with an institutionalist approach. This approach was adopted to analyze the tourist sector, especially in developing countries, and to discuss the feasibility of sustainable local tourist projects. The article was solely based on secondary sources, registering a substantial effort of surveying field research data on the tourist industry both in Brazil and abroad.

## 1. Introdução

A atividade turística gerou, em 2000, 688,6 milhões de deslocamentos e US\$476 bilhões de receita, de forma direta e indireta, o que representou 8,35% das exportações mundiais. As Américas foram responsáveis por 27,43% desse total. Em número de turistas, França, Espanha, Estados Unidos, Itália e Reino Unido foram os cinco primeiros classificados no Ranking Internacional de Países Receptores de Turistas, ainda em 2000 (Instituto Brasileiro de Turismo, 2002).

No Brasil, essa atividade também vem apresentando resultados bastante expressivos com fluxos emissivo e receptivo internacional, em igual período, de 2,9 e 5,3 milhões de turistas respectivamente. Levantamentos oficiais indicam que o movimento financeiro total do segmento brasileiro de turismo foi de US\$4,3 bilhões, o que representou 32,4% da receita total gerada pelo turismo na América do Sul. Revertendo uma tendência deficitária, que se instalou desde 1990, em 1999 e 2000, o saldo da conta turismo no balanço de pagamentos do Brasil voltou a registrar superávits. Além disso, existiam, em 2000, 1.241.708 pessoas empregadas em atividades turísticas no Brasil. O Brasil ocupou o 29º lugar no Ranking Internacional de Países Receptores de Turistas, atrás de países como Argentina, Indonésia e África do Sul (Instituto Brasileiro de Turismo, 2002).

Os dados alinhados sobre o mundo e o Brasil demonstram a importância do segmento de turismo. Estudos vêm procurando mapear os múltiplos efeitos econômicos, sociais, culturais, espaciais e ambientais da atividade. Eles têm evidenciado desigualdades espaciais e socioeconômicas relativas à distribuição desses benefícios. Mas no conjunto de trabalhos produzidos ainda prevalecem os estudos de caso — cujos resultados são difíceis de compatibilizar e generalizar — ou os que privilegiam a avaliação de seus impactos com base em metodologias econométricas, que geram, freqüentemente, resultados contraditórios (Sinclair, 1998). Ainda está por ser feito um esforço compreensivo de análise empírica e teórica, para lançar mais luzes sobre o conhecimento do setor.

De fato, apesar de sua crescente importância no mundo e dos inúmeros estudos já desenvolvidos, é relativamente difundida a impressão de que o turismo tem atraído pouca atenção de estudiosos do campo do desenvolvimento econômico, sobretudo nos países periféricos (Souza, 2000; Sinclair, 1998). Este artigo não tem a pretensão de preencher esta lacuna, mas as idéias nele reunidas podem ajudar. O seu objetivo é realizar uma revisão bibliográfica crítica das vertentes teóricas de desenvolvimento local e de desenvolvimento sustentado à luz de uma abordagem de inspiração institucionalista, que ainda está em estágio preliminar de formulação, para analisar o setor de turismo, sobretudo em países em desenvolvimento, e discutir a viabilidade de projetos de desenvolvimento local sustentado cujo eixo principal seja a atividade de turismo.

Este artigo compõe-se de três seções. Na primeira, desenvolvem-se esforços de revisão e crítica sobre a bibliografia de desenvolvimento local e sustentável para concluir com uma proposta embrionária de reconstrução do conceito de desenvolvimento local sustentado de inspiração institucionalista. Esse conceito de desenvolvimento local sustentado, de inspiração institucionalista, serve de base para a reconstrução do conceito de desenvolvimento turístico local sustentado, e para a análise das tendências atuais de desenvolvimento do setor de turismo tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento na sua terceira parte. Por último, na quarta parte, registra-se um primeiro esforço de análise da consistência e da viabilidade, com base em fontes secundárias, de projetos de desenvolvimento local sustentável, com eixo na atividade de turismo em países em desenvolvimento.

## 2. A questão do desenvolvimento

A teoria ortodoxa de desenvolvimento regional preconizava que os impulsos desenvolvimentistas, originados nas regiões mais ricas, espalhariam-se, com o tempo, pelas regiões mais pobres. A tendência à convergência de renda entre as nações e regiões baseava-se no pressuposto de que não existiam obstáculos às transferências de capital e tecnologia de áreas mais para as menos desenvolvidas, assim como prevalecia a perfeita mobilidade inter-regional de bens e fatores de produção.

Aos governos centrais caberia criar condições nas regiões-alvo para aproveitar os impulsos externos ao desenvolvimento e atenuar os desequilíbrios gerados pela atuação livre das forças de mercado. Em síntese, o desenvolvimento em escala local ocorreria, então, “de fora para dentro” e “de cima para baixo” (Termes, 1989).

Em função dos resultados frustrantes das políticas de desenvolvimento regional, principalmente em termos de equidade e capacidade de auto-sustentação das experiências verificadas, as teorias ortodoxas de desenvolvimento regional e seus modelos correlatos passaram a ser questionados. A própria delimitação das escalas espaciais em termos de macrorregiões nacionais foi complicada, porque não assegu-

rava o tratamento adequado dos problemas, nem a identificação acurada das oportunidades.

Em lugar das escalas macrorregionais, começou-se a sugerir a utilização de cortes espaciais sub-regionais e, muitas vezes, municipais. Essa subespecialização viabilizaria, ademais, a valorização das instâncias político-administrativas estaduais e municipais e a participação efetiva dos agentes produtivos e sociais nos projetos de desenvolvimento, os quais tenderam, progressivamente, a serem referidos como sendo locais e auto-sustentáveis.

A condição de sustentabilidade dos projetos aparecia freqüentemente associada à participação dos atores sociais e dos governos locais na promoção e gestão e, em certos casos, a ênfase na incorporação de recursos produtivos do local (Lima, Loiola e Moura, 2000).

Vários fatores explicam essa nova onda de discussão e a relativa difusão de diferenciados padrões de conduta dos governos locais. Por um lado, a crise fiscal do Estado incentivou e justificou os processos de descentralização administrativa que foram implementados em quase todos os países, mesmo que a ritmos e modelos variados. Nesse quadro, os governos locais passaram a ser vistos como renovadores das políticas públicas. Por outro lado, foram pressionados a criar alternativas para enfrentar o desemprego estrutural, derivado do novo paradigma tecnológico (Lima, Loiola e Moura, 2000).

Evitando a definição de modelos e conceitos invariantes, os teóricos do desenvolvimento local têm contribuído com seus estudos para desvelar um conjunto variado de práticas e perspectivas, que refletem, simultaneamente, os diferentes sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento, à multiplicidade de atores engajados e à variabilidade dos espaços de gestão.

Essa diversidade de enfoques tem incentivado o desenvolvimento de trabalhos que tentam agrupá-los de acordo com elementos-chave comuns. Para Arocena (1988) existem três vertentes básicas da teoria do desenvolvimento local: evolucionismo, historicismo e estruturalismo.

O evolucionismo institui como paradigma de desenvolvimento as sociedades em estágios mais avançados de formação social, desconhecendo, em parte, as críticas dirigidas ao produtivismo que caracterizou seus modelos de desenvolvimento. Já os estruturalistas ressaltam o caráter sistêmico do desenvolvimento e enxergam o local como o espaço de reprodução das grandes contradições que perpassam o global. A corrente historicista, por sua vez, preconiza a projeção do futuro com base na história de cada local. Para essa corrente, portanto, a ênfase está no ponto de partida.

Para Hamel (1990) há a vertente elitista, que focaliza suas preocupações na necessidade de ampliar as vantagens comparativas das localidades para melhor posicioná-las no mercado mundial. Já na vertente social, o objetivo do desenvolvimento

seria atender as necessidades sociais pelo alargamento da democracia local em direção à dimensão econômica.

Moura (1998) aponta a existência das linhas de pensamento competitiva e social. Para a primeira, o desenvolvimento equivaleria ao bom desempenho da cidade na competição interurbana dentro do mercado mundial, pois assim recursos externos seriam atraídos para o local. Já para a vertente social, o objetivo de se desenvolver economicamente a cidade seria gerar emprego e renda para a população local combatendo a exclusão social.

Vale ressaltar, no entanto, que todas as correntes citadas compartilham algumas características comuns. Em linhas gerais, concordam quanto ao protagonismo atribuído aos governos locais no processo de propulsão do desenvolvimento local e na definição e solução dos problemas; eles são identificados como agentes aglutinadores/articuladores de forças e interesses, empreendedores e até motores de ações que visem ao desenvolvimento local. Outro ponto de convergência é a importância dada à participação da sociedade civil, envolvendo vários tipos de atores (públicos, privados e quase-públicos). As parcerias público-privadas e a conformação de redes são os meios apontados para a concretização dos planos e projetos (Lima, Loiola e Moura, 2000).

Também comum a essas correntes é a ênfase dada ao desenvolvimento das capacidades internas ao próprio local. As localidades são vistas como agentes de transformação, e não da maneira antes usual como simples suporte físico das relações de produção. A exploração das capacidades locais, efetivas e potenciais, é tida como o meio capaz de produzir o crescimento da região (Lima, Loiola e Moura, 2000).

As diferenças manifestar-se-iam basicamente em relação à importância atribuída à economia popular e aos grandes empreendimentos para a dinamização das economias locais, segundo Lima, Loiola e Moura (2000). As vertentes mais sociais, que postulam priorizar o bem-estar social, defenderiam a linha de privilegiar o apoio e incentivo aos pequenos e micronegócios e ao setor informal, como formas de alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável (no sentido de internalização no local dos vetores de crescimento) e com maior nível de equidade social, ainda de acordo com as autoras.

A visão polarizada entre pequena e grande empresa como força motriz do desenvolvimento local é um dos corolários da discussão realizada, ao longo dos anos 1970 e 80, sobre a crise do capitalismo no mundo avançado. Parte da literatura sobre essa crise começou a vincular os problemas vivenciados pelos países capitalistas centrais e periféricos à falência de um modelo de produção, baseado na fabricação de produtos homogêneos em larga escala, em fábricas gigantes e burocratizadas e dotadas de tecnologias rígidas. Esse padrão produtivo teria sido efetivo enquanto mostrou-se coerente com o padrão de consumo e de regulação social vigentes nas mesmas sociedades, afirmam estudiosos, a exemplo de Coriat (1994) e Loveman e Sengenberger (1991).

Entretanto, as mudanças nas sociedades e nos mercados teriam tornado obsoleto esse modelo de produção. Para vencer a crise, as empresas adotaram estratégias competitivas, que terminaram por acelerar e aprofundar as próprias transformações no sistema socioeconômico mais geral, inclusive no âmbito das unidades de produção, que tenderam a se tornar mais flexíveis e integradas, automatizadas, adaptadas à fabricação de produtos customizados e mais enxutas.

Assim, foi reavivada a discussão em torno da importância da pequena empresa nessa nova etapa do capitalismo.<sup>1</sup> No conjunto de análises sobre a crise e de crítica às teorias ortodoxas de desenvolvimento do capitalismo começou a proliferar uma literatura prescritiva que, não raras vezes, idealizava o papel e as possibilidades da pequena empresa, que passou a ser vista como o tipo de empreendimento líder na nova fase do capitalismo que se avizinhava.

Outros estudos (Loveman e Sengenberger, 1991; Amadieu, 1991; Becattine, 1991; Piore, 1991; Souza, 1995), no entanto, apresentam uma visão mais matizada e problematizada do papel da pequena empresa na dinamização do desenvolvimento sob o capitalismo na atualidade. De acordo com esses estudos, as virtudes produtivas não se vinculam ao porte das unidades de produção, mas ao fato de as pequenas empresas estarem inseridas em uma cadeia de produção integrada e tecnologicamente atualizada e dinâmica. No seu interior vigora uma combinação extensiva de cooperação e de competição, circundada por uma comunidade ou estrutura social, que pode basear-se na família, em sindicatos ou partidos ou em uma corporação.

As pequenas empresas tanto podem apresentar certas vantagens como uma série de desvantagens competitivas. As vantagens estariam relacionadas, entre outros aspectos, ao controle direto exercido pelo dono, às facilidades em termos de fluxo de

---

<sup>1</sup> De acordo com Loveman e Sengenberger (1991) e sua tese, os estudos sobre o papel da pequena empresa na nova fase do capitalismo podem ser classificados em cinco grupos: a falácia estatística — não há um deslocamento real da importância da pequena empresa; o deslocamento da importância é transitório, não representa uma mudança estrutural; o deslocamento deve-se às vantagens de custo apresentadas pelas pequenas empresas; os deslocamentos vinculam-se à liberalização gerencial e governamental; os deslocamentos são fruto da especialização flexível. Estão também sob suspeita os vaticínios que apontavam uma completa substituição das formas tradicionais de organização da produção fordista por novas formas pós-fordistas. Nesse sentido, o que se tem observado é a coexistência entre diferentes padrões de produção, que se mostram mais ou menos aplicáveis, em função das características das estruturas de mercado de cada empresa particular. Em alguns casos, há registros que dão conta da utilização de estruturas organizacionais originadas com base na combinação de atributos de ambos os modelos. Além do mais, nem todas as formas de flexibilização — que é um dos principais objetivos a serem assegurados pelos novos modelos de organização das firmas em contraposição ao padrão rígido do fordismo — são positivas. Há casos de flexibilização negativa, já mapeados pela literatura, a exemplo daquelas iniciativas que têm sido associadas à precarização das relações de trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores (Souza, 1995; Coriat, 1994).

informações entre direção e empregados, e empresa e clientes, à menor importância dos ativos fixos e à maior rapidez do processo de decisão (You apud Almeida, 2001). As desvantagens, por sua vez, derivariam dos riscos de menor produtividade e qualidade vinculadas à utilização de mão-de-obra mais barata e, conseqüentemente, menos qualificada; das dificuldades de acesso a fontes de financiamento e suprimento de insumos estratégicos; da ausência de cultura e visão de negócio de longo prazo; da escassez de recursos técnicos e financeiros para realizar P&D e operar de acordo com os padrões de *best practices* (Ceglie e Dini apud Almeida, 2001).

Por tudo isso, conforme Loveman e Sengenberger (1991), é refutável a hipótese de que o porte do empreendimento é importante na determinação de sua eficiência econômica e vitalidade. Em oposição a essa hipótese, há evidências empíricas que indicam haver uma forte correlação entre desempenho econômico e social das firmas, organização social e políticas públicas de suporte à competitividade (Loveman e Sengenberger, 1991; Loiola, 1998).

Apesar dos avanços no conhecimento desses problemas, os teóricos do desenvolvimento local, enfocados neste artigo, continuaram alheios a eles. Dessa forma, permaneceram divididos entre aqueles que enfatizam a importância de iniciativas no campo da economia popular para alcançar a melhoria nos níveis de bem-estar das populações e aqueles que defendem a concentração de esforços na atração e consolidação da grande empresa e dos grandes projetos para melhorar as condições de competitividade das cidades.

Além de refletir um padrão de pequena e média empresa e uma medida de sua importância em termos de dinâmica do capitalismo, refutáveis em sua fase atual, a polarização da discussão entre pequenos e grandes capitais revela, também, um tratamento inadequado da tensão que se estabelece entre as forças exógenas e endógenas no processo de desenvolvimento, como forças modeladoras dos espaços locais. Mostra, ainda, uma negligência em termos de focalização do papel regulador do Estado, do papel das instituições e uma confusão conceitual que reduz os recursos produtivos ao capital e, adicionalmente, iguala grande negócio ao capital externo e à força exógena, e pequeno negócio ao capital local e à força endógena.

Outro aspecto criticável das vertentes competitiva e social da teoria de desenvolvimento local é a promoção de um certo revigoramento da ideologia do localismo. O local é referido não somente no sentido valorativo de escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento; um espaço que, por estar fora desse padrão, preserva relações comunitárias e formas ambientalmente mais sustentáveis de produzir. Adicionalmente, sobrepõe a noção de espacialidade à dimensão do político, como conteúdo definidor do que é democracia. Conseqüentemente, obscurece a significação dos micropoderes na constituição das relações sociais de dominação local, esquecendo-se, por vezes, que as relações sociais nesses locais, por estarem sob a hegemonia de um bloco tradicional, não são efetivamente comunais (Benevides,

2000). Nas palavras de Souza (2000:20), “População e seus derivados, como população local, são categorias (...) [que] sugerem uma homogeneidade objetiva e de interesses onde não há homogeneidade”.

Vistas a partir dessas perspectivas, as correntes de pensamento sobre o desenvolvimento local mencionadas embora tenham emergido como crítica às teorias tradicionais de desenvolvimento, como já referido, mostram-se prisioneiras das mesmas lógicas das teorias que criticam, nas quais poupança ou investimento são as categorias causais e naturais do desenvolvimento ou da falta dele.

Essa visão é insustentável diante do crescente reconhecimento da natureza *path-dependent* do fenômeno do desenvolvimento. Ela põe em relevo a importância da história e das instituições, como categorias explicativas das diferentes trajetórias de desenvolvimento apresentadas pelos países, regiões e locais. Ou seja, a acumulação capitalista não é um fenômeno auto-regulado; não responde, exclusivamente, a uma lógica interna de reprodução; realiza-se dentro de um marco institucional. A dinâmica da acumulação capitalista é condicionada, em última instância, pelos elementos desse marco institucional, que são, por sua vez, modelados ao longo da história (Bustelo, 1999). Nas palavras de Castells (apud Albagli, 1998:10), “a produção na economia informacional torna-se organizada no espaço dos fluxos, mas a reprodução continua sendo especificamente local”.

De fato, da perspectiva da teoria do desenvolvimento e de seus modelos correlatos, a ênfase nas dimensões institucionais tem ensejado a percepção de obstáculos reais à transferência de tecnologias e capitais produtivos, sobretudo com o avanço do processo de globalização.<sup>2</sup> Em contraposição à idéia de equalização, o que parece se evidenciar com a globalização é o recrudescimento das assimetrias entre as nações, regiões e locais com base nas diferentes capacidades de gerar, difundir e absorver o progresso técnico (Loiola, 1998; Cassiolato e Lastres, 1999), os fluxos de capital produtivo e os segmentos de produção mais modernos e dinâmicos (Albagli, 1998). Conforme Becker (1991:14), “a globalização avança através não só da incorporação extensiva de novos espaços como, sobretudo, pela valorização seletiva das diferenças”. Já a valorização e a diferenciação espaciais são por sua vez condicionadas, em medida expressiva, por diferentes capacidades das economias em escala local de oferecerem suporte à competitividade empresarial e estimularem a potencialização da rentabilidade dos investimentos (Albagli, 1998).

---

<sup>2</sup> Para Castells (1998:2), a globalização é “*el proceso segund el cual las actividades decisivas en un ámbito de acción determinado (...) funcionan como unidad en tiempo real en el conjunto del planeta. Se trata de un proceso históricamente nuevo (distinto de la internacionalización y de la existencia de una economía mundial) porque solo en la última década se ha constituido un sistema tecnológico (...) que hace posible dicha globalización*”.



A noção de espaço, esvaziada de sua dimensão sócio-histórica ou limitada a uma configuração geográfica estática, é insuficiente para dar conta de diferenças nas trajetórias de desenvolvimento entre locais, regiões e países. O espaço não é, apenas, um fator que pode aumentar ou reduzir custos, conforme as distâncias existentes entre os mercados de insumos e de consumo das empresas e setores produtivos, de acordo com a visão da microeconomia neoclássica, ou o lócus de relações comunitárias, como na visão de desenvolvimento local já criticada. O espaço é socialmente produzido, o que indica que o foco não é o espaço em si, mas o uso que se faz dele. O espaço é território.

Os territórios mudam no tempo e no espaço. Isto é, eles desempenham o papel de acumuladores da história, assim como são modelados pela ação de seus sujeitos históricos mediada pela combinação de forças internas e externas. O território deve ser compreendido como lócus de ação social e parte de uma totalidade espacial (Azais, Corsani e Nicolas, 1993; Castro, 1994; Benko, 1996; Loiola, 1998; Albagli, 1998). Com base nesse conceito de território, percebe-se que a dimensão local não é apenas realidade empírica, mas também representação social influenciando o modo de organização e a dinâmica das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, sendo influenciada por eles.

A eficácia mercantil desses territórios, ou seja, sua capacidade de favorecer a rentabilidade dos investimentos, varia de produto a produto, traduzindo-se em vantagens competitivas. Essa eficácia mercantil pode ser em parte artificialmente criada, como expressão dos processos técnico-sociais e dos suportes geográficos da informação (Santos apud Almeida Neto, Gottschall e Cypriano, 1997). Mas a capacidade de construir, renovar e usar os novos recursos produtivos varia de território para território, o que sobreleva, mais uma vez, a importância da história e das instituições como fatores explicativos dessas diferenças.

Nova corrente de reflexão sobre o desenvolvimento, ou a sua ausência, emergiu no bojo da crescente consciência ecológica nas sociedades avançadas, a partir da qual a questão da sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento passou a apresentar uma outra conotação. Definido como processo de mudança social e de elevação das oportunidades presentes da sociedade, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras terem atendidas suas próprias necessidades, o desenvolvimento sustentável requer a compatibilização, no tempo e no espaço, entre crescimento, eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social. Repõe em outras bases a relação entre eficiência econômica, qualidade de vida e equidade social, além da relação entre economia, sociedade e meio ambiente, apontando, no limite, a possibilidade de otimizar essas relações, o que se mostrou impossível nos modelos tradicionais de desenvolvimento.

No entanto, esse novo significado da articulação entre as dimensões citadas só é viável numa perspectiva de longo prazo. Isso significa dizer que, no curto pra-

zo, continua sendo válido o princípio de trocas entre elas,<sup>3</sup> segundo o qual a opção pela ênfase em eficiência econômica,<sup>4</sup> por exemplo, pode levar a impactos negativos sobre a dimensão de equidade, sobretudo em locais com economias frágeis e desatualizadas.

Por outro lado, novo ponto de tensão pode ser identificado entre os objetivos de equidade social e de preservação ambiental. Como nos países desenvolvidos o objetivo de assegurar boas condições de vida de suas populações foi alcançado com base em excessiva pressão sobre o meio físico, a dimensão ambiental tendeu a ser enfatizada. Já nos países subdesenvolvidos, os movimentos ambientalistas podem ser acusados de retrógrados por colocarem em primeiro plano, segundo seus críticos, o objetivo de preservar a natureza intocada, mesmo que para tanto objetivos de melhoria das condições de vida da população tivessem de ser abandonados (Pontes, 1996).

Especialmente sobre essas tensões no ambiente empresarial, Porter e Linde (1995a, b e c) mostram que a consciência sobre a necessidade de regulamentação ambiental está, também, se difundindo porque todo o mundo deseja um planeta onde seja possível viver. Ainda é comum, todavia, que políticos e formuladores de políticas, homens de negócio e comunidades específicas possuam uma visão de curto prazo, estática, acerca da relação entre controle ambiental, competitividade e bem-estar social, que sobreleva o impacto dos custos e menospreza os resultados de maior produtividade e retorno social que podem estar vinculados à adoção de inovações por força das exigências da regulamentação ambiental.

Segundo Porter e Linde (1995a e b), em um mundo globalizado, países e empresas tolerantes com métodos que desperdiçam e que desconhecem as normas ambientais, porque são muito caras, ficarão estagnados, uma vez que a noção de vantagem comparativa está se tornando obsoleta perdendo terreno para a de vantagem competitiva. A vantagem competitiva é dinâmica, de longo prazo, e depende de investimentos permanentemente voltados para sua criação e renovação; vincula-se à produtividade no uso dos fatores e à capacidade de gerar e usar novos fatores produtivos, como capital intelectual, capital social, inovação de produtos, de processos e gerenciais.

Podem ser identificadas, ainda de acordo com Porter e Linde (1995a), seis razões importantes para o estabelecimento de regulamentação ambiental: criar pressão para motivar as empresas a inovar; melhorar a qualidade ambiental nos ca-

---

<sup>3</sup> Isso porque não se reorienta todo um sistema econômico da noite para o dia. Há defasagens entre os mundos das idéias e o dos fatos, embora ambos estejam correlacionados. Apesar de trivial, a questão anterior é, freqüentemente, esquecida.

<sup>4</sup> Para que tal proposição não se constitua em precondição para a consistência da possibilidade de articulação, o conceito de eficiência econômica não poderia ser o usual, que se traduz na razão quantitativa entre recursos e produtos.

tos em que a inovação e os resultados de melhoria na produtividade de recursos não compensem completamente o custo de adequação; alertar e educar as empresas sobre possíveis ineficiências de recursos e áreas potenciais para melhorias tecnológicas; aumentar a probabilidade de que as inovações nos produtos/serviços e nos processos de produção/operação sejam ambientalmente amistosas; criar demanda por melhorias ambientais até que empresas e consumidores sejam capazes de perceber e mensurar as ineficiências; nivelar o campo de batalha durante o período de transição para soluções ambientais baseadas em inovações, assegurando que uma empresa não possa galgar posições competitivas em relação às outras sacrificando os investimentos de natureza ambiental.

O esforço envolvido para consecução dos objetivos anteriormente mencionados é função da situação observada em cada local. Há lugares que já reúnem, pelo menos, grande parte das condições necessárias para realizarem projetos de desenvolvimento sustentável, sobretudo nos países desenvolvidos. Esses são aqueles definidos por Benko (1996) como os que detêm meios inovadores adequados para capitalizarem positivamente as repercussões do atual processo de globalização, como já citado.

No entanto, há locais que estão em situação oposta: são muito pobres; possuem estruturas produtivas muito frágeis e desatualizadas; apresentam níveis de escolarização de suas populações muito baixos, assim como de qualificação de sua mão-de-obra. Além disso, os problemas sociais estão fora de controle. A maioria desses locais encontra-se, sem dúvida, fora do mundo afluente. Hoje, já se considera que muitos deles têm raras chances de ultrapassar esse quadro adverso. De acordo com a tipologia de Benko (1996), tais lugares são aqueles que não possuem qualquer dinâmica própria ou que revelam-se desestruturados e fragilizados perante as injunções e interesses externos.

É evidente que a forma como foi encaminhada a discussão sobre as relações entre objetivos de longo e curto prazos, e entre preservação do ambiente e melhoria de qualidade de vida, suscitou muita mistificação. Considera-se que nenhum grupo social renunciaria à melhoria de suas condições de vida para evitar alterações no meio ambiente. De igual forma, caso não se admitisse a possibilidade de alcançar tal benefício no presente, a atual geração não estaria preocupada em preservar o bem-estar social para seus descendentes. A questão ambiental só está na pauta de discussão porque já é tecnologicamente possível adotar modelos de desenvolvimento econômico, isto é, alternativas de melhoria socioeconômica, com relativamente menores impactos negativos sobre a natureza e até com menores custos no longo prazo e, conseqüentemente, com melhores possibilidades de retorno sobre o investimento (Pontes, 1996).

Enquadrada dessa forma a questão, a tão alardeada incompatibilidade entre a filosofia e objetivos de modelos de desenvolvimento sustentado e a filosofia e objetivos empresariais fica, no mínimo, relativizada. O reconhecimento de que os níveis de lu-

cro dos empreendimentos no longo prazo podem aumentar tem incentivado o investimento empresarial na geração, difusão e absorção de tecnologias limpas, menos agressivas ao meio ambiente.

Não se trata aqui de uma nova mistificação do ambiente social e de negligência em relação às fontes, permanentemente renovadas, de conflito social. Trata-se, na verdade, de explorar as novas oportunidades que estão sendo abertas nesse novo quadro de aceleração do desenvolvimento tecnológico e de ruptura dos paradigmas de produção e de organização social. Trata-se, também, de reconhecer a complexidade dos agentes sociais e explorar, em um sentido educativo, as diferenças e contradições de cada grupo social.

Como alerta ainda Pontes (1996), as decisões tomadas no âmbito privado podem não ser as mais recomendáveis para a permanência da própria atividade econômica no longo prazo. Exemplos dessa conduta podem ser encontrados em todos os setores produtivos e em todos os países do mundo, mas especialmente nos menos desenvolvidos. Essa heterogeneidade de condutas pode ser identificada também no âmbito dos governos e das comunidades locais. Existem, portanto, tensões e conflitos não só entre como também dentro dos diferentes grupos e agentes sociais, cuja resolução negociada condiciona o nível da sustentabilidade de cada projeto e sua própria capacidade de inclusão das pessoas marginalizadas dos mercados de trabalho e de consumo.

Por extensão, as questões de competitividade empresarial e de internalização e fortalecimento de *clusters* produtivos tornam-se estratégicas para o desenvolvimento local (Porter, 1996; Cassiolato e Lastres, 1999). Em vista disso, uma estratégia de desenvolvimento do local deve visar dois alvos simultaneamente: promover a aglutinação em *clusters* de empresas pela criação de fatores locais e estimulá-las a funcionarem com base nas *best practices* setoriais, ou seja, a serem empresas inovadoras e líderes em seu segmento de atuação (Amaral Filho, 1992).

Os *clusters* produtivos corresponderiam à concentração geográfica de empresas e instituições interconectadas e pertencentes a um campo específico. A proximidade de companhias e instituições e a frequência de trocas entre elas estimulariam a melhor coordenação e o estabelecimento de relações de confiança (Porter, 1998), isto é, levaria à formação de capital social no local.

Em particular, empresas dotadas de condições de competitividade dinâmica, ou seja, que apresentam condutas atualizadas e perspectivas de renová-las, aparecem frequentemente vinculadas a locais caracterizados pelo elevado padrão de vida. A essas empresas vinculam-se postos de trabalho de qualidade e mais bem remunerados; potencial de criação de novos postos de trabalho; capacidade de geração, difusão e incorporação de inovações tecnológicas e gerenciais; efeito multiplicador de benefícios nas comunidades; capacidade de criação de capitais social e intelectual; crescimento auto-sustentado; liderança em seus segmentos de mercado (Porter, 1996).

Muitos dos nexos entre desenvolvimento local e empresarial continuam, sem dúvida, em aberto. Mas tornou-se largamente difundida a percepção de que há uma relação biunívoca entre essas duas dimensões: regiões desenvolvidas favorecem a

existência de empresas e *clusters* de produção competitivos que estão na base do desenvolvimento dessas regiões.

Esses reenquadramentos das questões empresarial e do desenvolvimento local, e de suas relações parecem ser importantes referenciais para a formulação de políticas de desenvolvimento com o objetivo de assegurar o bem-estar das populações desses locais.

### 3. A questão do desenvolvimento turístico

Como já foi salientado, nas últimas décadas as idéias predominantes sobre o desenvolvimento econômico vêm sendo questionadas. Paralelamente, apesar da crescente importância do turismo como vetor de desenvolvimento, Sinclair (1998) e Souza (2000) registram que ele tem atraído pouca atenção de estudiosos do campo do desenvolvimento econômico, sobretudo nos países periféricos.

Em conseqüência, poucos são os estudos que procuram desenvolver uma visão da atividade a partir de teorias de desenvolvimento, principalmente das novas vertentes de pensamento que emergiram com a crítica às idéias tradicionais sobre desenvolvimento econômico. Este artigo é fruto de um esforço, ainda preliminar, de discutir a problemática do turismo baseado em uma abordagem de inspiração institucionalista do desenvolvimento econômico local sustentado.

O termo turismo sustentável foi cunhado no debate sobre a sustentabilidade ambiental e, segundo Sinclair (1998), significa uma forma e nível de turismo que mantém o estoque total dos recursos. Mas essa é uma visão restrita acerca das questões de sustentabilidade do turismo, que se relaciona com a vertente ecológica das abordagens do desenvolvimento sustentável já criticada neste artigo. Mais sintonizado com o conceito de desenvolvimento local sustentado, usado neste artigo, é o princípio de sustentabilidade que transcende a dimensão ecológica e o de local, que supera a ideologia do localismo. Inspirando-se em Sachs (1993:37), o conceito de turismo sustentável, adotado neste artigo, compreende cinco dimensões: sustentabilidades ecológica, social, cultural, econômica e espacial.

A sustentabilidade ecológica traduz-se em proteção/conservação da natureza e da diversidade biológica. Pressupõe o respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas e ao limite de consumo dos recursos naturais. A sustentabilidade social significa a participação cidadã no processo de desenvolvimento para assegurar um padrão negociado e mais estável de crescimento, e menos desigual em termos de renda e de qualidade de vida. Já a sustentabilidade cultural pressupõe a necessidade de se buscar soluções de âmbito local valorizadoras das especificidades das culturas. A sustentabilidade econômica, por sua vez, significa não só a compatibilização entre crescimento e utilização sustentável dos recursos naturais, mas ainda a internalização nos locais dos vetores de

crescimento econômico. Por fim, a sustentabilidade espacial requer a distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos.

Embora seja comum subestimar-se ou superestimar-se o seu peso, devido a imprecisões metodológicas (Knafou, 1996), o turismo, hoje, representa uma das mais importantes fontes de acumulação de capital. Ele expande-se em escala planetária a ritmos diferenciados, não poupando qualquer território (Rodrigues, 1996), como reflexo das desigualdades nos níveis de desenvolvimento econômico e social entre as nações. Ainda hoje, a maior parte do fluxo do turismo internacional concentra-se, de acordo com Sinclair (1998), entre os próprios países emissores ou desenvolvidos, e entre esses e novos países industrializados (NICs). Nessa expansão, a atividade turística vem experimentando um expressivo processo de reestruturação em nível mundial, como vai ser demonstrado a seguir.

#### *Tendências gerais do processo de reestruturação do segmento de turismo*

O processo de reestruturação do segmento de turismo apresenta cinco tendências básicas. Em primeiro lugar, a maioria dos países vem tentando adotar medidas de várias naturezas para conter o turismo emissor internacional e fortalecer o doméstico, como a Alemanha que é campeã mundial em viagens ao exterior. Williams e Shaw (1991) e Almeida Neto, Gottschall e Cypriano (1997) sugerem que a afirmação do fim das barreiras nacionais para o turismo parece ser uma conclusão apressada. Em segundo lugar, o turismo e o lazer passam a ser vistos como meios potenciais de integração de alguns países ou regiões periféricas, constituindo-se uma nova fronteira modal e territorial de reprodução ampliada do capital (Rodrigues, 1996; Falcão, 1996). Nas regiões deprimidas, as atividades turísticas vêm sendo apontadas como o principal, e até mesmo o único, vetor de projetos de desenvolvimento.

Como no turismo massivo os clientes parecem não se preocupar com a essência, bastando-lhes as aparências, nesse movimento de ocupação de novos geossistemas constroem-se *resorts* padronizados, modelo Club Méditerranée, onde as pessoas se sentem no seu lugar de origem. Esses *resorts* são paradoxalmente iguais, em qualquer parte do mundo, indiferentes ao entorno, cercados por muros, no interior dos quais os turistas são confinados durante quase toda sua estada e só visitam os territórios extramuros em excursões programadas, com aventuras encenadas, controladas e sem riscos (Rodrigues, 1996:19).

Sob o estímulo de organismos internacionais, observa-se a intensificação dos processos de privatização e a aceleração das iniciativas visando à desregulamentação do setor nos países em desenvolvimento. Essas duas medidas conformam a terceira tendência (Cazes, 1996; Sinclair, 1998). Registra-se, como quarta tendência, a constituição e reforço de uma rede turística transnacional, cujas formas de intervenção nos

países em desenvolvimento tendem a modificar-se. Nessas modificações, os investimentos diretos são progressivamente substituídos pelo estabelecimento de *franchisings* hoteleiros e comerciais, pela instituição de alianças tecnológicas e pela prestação de assessoria profissional em diversos campos (Cazes, 1996).

Diante dessas modificações no sistema de regulação dos países em desenvolvimento e no perfil empresarial e modelos de atuação, a dependência dos países do Cone Sul em relação ao sistema turístico internacional aprofunda-se, uma vez que as barreiras à entrada nas redes de comercialização cresceram e os hoteleiros independentes tendem a se deparar, cada vez mais, com as exigências dos operadores e seus filiados, sem apoio dos operadores públicos (Cazes, 1996).

Ao lado da crescente importância do turismo de massa, denota-se, como quinta tendência, a emergência de outras modalidades de turismo, todas enfeixadas, comumente, sob o rótulo de turismo alternativo. Entre os seus mais conhecidos subtipos estão o turismo natural, o ecoturismo, o turismo verde, o turismo leve, o turismo responsável, o turismo rural e o agroturismo. Todas essas modalidades são vistas, conforme Cavaco (1996), como formas de turismo que, em princípio, respeitam as capacidades de absorção dos espaços de recepção e promovem a conservação dos recursos locais, físicos e humanos, diminuem custos e elevam benefícios e, não menos importante, reduzem as saídas de divisas.

De início saudada como a modalidade do futuro, que substituiria o turismo de massa, hoje, considera-se o turismo alternativo como complementar ao turismo de massa. Aumentando atrações, sustentando-se sobre uma imagem de autenticidade, respondendo a necessidades e desejos de segmentos especiais de turistas, o turismo alternativo parece ser, preponderantemente, gerido por micro e pequenas empresas, freqüentemente constituídas com base em capitais locais, e tem representado uma fonte efetiva de suplementação de renda das populações locais. Essa modalidade de turismo é mais explorada em regiões específicas da Europa (Cavaco, 1996), mas já existem experiências muito bem-sucedidas no Senegal e no Brasil (Rodrigues, 1996).

Apesar dessas tendências, evidências empíricas parecem indicar que, em um mesmo país, o turismo organiza-se sob diversas modalidades e apresenta-se sob diversas fases evolutivas, em escalas internacionais, nacionais, regionais ou locais. Além disso, a heterogeneidade da estrutura empresarial surge com uma de suas marcas distintas, com as grandes corporações transnacionais dominando os segmentos de mercado mais rentáveis e as empresas locais, atuando em nichos mais populares e emprestando à atividade um caráter mais doméstico e artesanal (Rodrigues, 1996).

Assim essas tendências gerais precisam ser confrontadas com experiências em curso em territórios específicos. Esse é o objetivo da próxima seção, que focaliza a experiência com o turismo, vivenciada em vários territórios dos países em desenvolvimento, para que se possa captar a complexidade da realidade nesses territórios.

### *O segmento de turismo em países em desenvolvimento*

Para começar a discutir a relação entre turismo e países em desenvolvimento é preciso qualificar melhor o processo de globalização no turismo. Longe de sinalizar no sentido de uma equalização de oportunidades e ganhos, a globalização do turismo se dá a ritmos variados entre os países e a expansão da atividade ocorre com base numa divisão internacional do trabalho, como em qualquer outro setor de atividade econômica.

Isso significa dizer que áreas centrais e periféricas integram-se aos circuitos modernos de produção e da circulação desempenhando papéis diferentes. Às periferias cabe, predominantemente, a produção da atividade dadas as limitações de seus mercados internos de consumo. Centros de produção e mercado de consumo para si próprios e para as periferias, as áreas centrais lideram o dinamismo da atividade e concentram parcela expressiva da renda gerada por esta (Falcão, 1996).

Segundo Cazes (1996), o turismo para os países em desenvolvimento caracteriza-se por uma notável vulnerabilidade e volatilidade dos fluxos turísticos que para aí se destinam e traduz-se, simultaneamente, pela emergência de um novo conjunto de beneficiários e por consideráveis disparidades locais. Obviamente, a redistribuição dos fluxos não pode ser negligenciada. Mas a repartição desses novos fluxos no mundo em desenvolvimento vem se dando de modo extremamente desigual.

Quanto a esse aspecto, tem-se observado a posição privilegiada dos países mais próximos aos grandes centros emissores, a exemplo das três grandes bacias do Mediterrâneo e do mar das Caraíbas. Verifica-se, concomitantemente, o crescimento notável da importância de áreas do Sudeste asiático como zonas de turismo receptivo, enquanto a África, o Oriente Médio e a América Latina estagnaram ou evoluíram timidamente. Por último, constata-se uma forte concentração do fluxo sobre um número reduzido de países líderes que, com exceção de algumas ilhas com fluxo turístico intenso (Havaí, Bahamas, Porto Rico, Ilhas Virgens), apresentam posição econômica importante (México, Tailândia, Turquia, Marrocos, Tunísia, Egito, Indonésia e Argentina).

Em certos lugares do Cone Sul, sobretudo nas numerosas ilhas e micro-Estados (Antilhas, Pacífico, Oceano Índico, Mediterrâneo), o turismo tornou-se o setor mais dinâmico e a maior fonte geradora de renda, quando não a única. Entretanto, essa superespecialização tem minimizado os impactos positivos da atividade sobre essas regiões, que, devido às fragilidades de suas economias, são obrigadas a importar o essencial dos equipamentos e dos produtos exigidos pelos visitantes, o que leva a ratificar a afirmação de Ascher (apud Cazes, 1996:80), de que “não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas o desenvolvimento que torna o turismo rentável”.

Estudos de caso desenvolvidos por vários autores demonstram que os projetos de desenvolvimento turísticos focalizados, exclusivamente, no turismo de massa



têm captado divisas, porém a um alto custo para as populações locais e para o meio natural. Salgado (apud Rodrigues, 1996) destacou, por exemplo, a inexistência de articulação econômica e social dos pólos turísticos de Acapulco com o resto do território do Estado; a ausência de investimento direto nas áreas rurais; e a inexistência de bases produtivas e sociais necessárias para o crescimento do setor. Conseqüentemente, o impacto regional desses pólos turísticos tem sido contraditório, assim como os benefícios econômicos e sociais gerados. Concluindo, a autora observa que a maior parte desses benefícios foi transferida para fora do Estado.

Em Cancún, verificaram-se vários problemas, embora este seja considerado o projeto turístico mais exitoso na América Latina segundo Rodrigues (1996). Ainda segundo Rodrigues (1996), o estudo de Barajas, Alborta e Becerril de 1994 mostrou que, apesar do explosivo crescimento da população no estado de Quintana Roo, o índice de desemprego é dos menores do país, enquanto os salários são superiores à média nacional. Entretanto, os impulsos desenvolvimentistas não alcançaram os municípios excluídos do projeto turístico. Grande pobreza continuou a imperar neles.

Em oposição aos dados de Barajas, Alborta e Becerril, Rodrigues (1996) refere-se a resultados de outras pesquisas, conduzidas por Aguillar (1994) e Nicolas (1989), que mostram sérios problemas ambientais, econômicos e sociais nos pólos turísticos do México, notadamente quanto aos baixos níveis de salários praticados e à precariedade dos postos de trabalho. O mesmo Rodrigues (1996) menciona outra pesquisa desenvolvida por Bertoncello em 1993, no balneário Partido de La Costa, província de Buenos Aires, que proporcionou uma interessante reflexão sobre a estratégia de mobilidade da força de trabalho empregada no turismo. Diante das flutuações sazonais do mercado, ela desloca-se no território em busca de trabalho durante a baixa estação, aceitando salários irrisórios em outros setores de atividade.

Embora ressaltem o potencial de criação de empregos pela atividade de turismo, que representa um dos seus maiores atrativos para os países periféricos, Sinclair (1998) e Department for International Development — DFID (1998) sublinham, também, a precariedade de muitos dos postos de trabalho criados (sazonais, *part-time* e não-remunerados) e sua forte ligação com o setor informal, sobretudo aqueles que incorporam representantes de estratos mais pobres e do sexo feminino das populações locais (Sinclair, 1998; DFID, 1998).

A comparação entre a capacidade de geração de empregos do segmento de turismo em países/regiões desenvolvidos e em desenvolvimento permite enxergar algumas diferenças. Segundo Lage e Milone (1998), pesquisas mostram que hotéis da área mediterrânea geram aproximadamente mais empregos diretos que os do Leste africano e que nas ilhas do Caribe, em especial na Jamaica e em Porto Rico, o turismo tem provido cerca de 10% dos empregos locais, enquanto em ilhas menores esse nível pode atingir até 50%. Em Bermudas, o segmento de turismo gera, sozinho,

75% dos postos de trabalho locais. No Brasil, em 1997, 9% da população economicamente ativa empregada estava associada ao turismo, de acordo com dados da WTTC citados por Lage e Milone (1998).

Como foi visto, a relação emprego-turismo é complexa e os estudos sobre ela mostram resultados contraditórios. Mas o segmento de turismo segue sendo uma fonte de emprego e de geração de renda que os governos não negligenciam (Cazes, 1996). Governos e agências internacionais têm canalizado recursos para o desenvolvimento do turismo em áreas pobres, mas ambientalmente atrativas, com o objetivo de ampliar ali as oportunidades de emprego e renda. Pesquisas focadas nos efeitos distributivos do turismo são poucas e centradas em estudos de caso.

Conforme Sinclair (1998), um desses estudos, desenvolvido sobre a experiência em Las Bahias de Hualtulco, México, mostrou que foram poucos os impactos de emprego e renda desse projeto. Ainda, segundo ele, exemplo oposto parece ser a experiência do Communal Area Management Programme for Indigenous Resource, no Zimbábue, uma vez que proporção expressiva dos recursos gerados com a venda de licenças, carnes e peles é canalizada para a comunidade, que define sua alocação entre pagamentos às pessoas envolvidas nas atividades e aplicações em prestação de serviços comunitários e em equipamento e infra-estrutura de uso coletivo.

Lage e Milone (1998) sugerem, por outro lado, que a capacidade de retenção de renda no país depende, em parte, da origem da propriedade dos empreendimentos e da natureza do modelo de exploração da atividade predominante. Segundo eles (1998:33), em um país em desenvolvimento, receptor de turismo, aproximadamente 4/5 da receita de um hotel nacional são retidos na economia, essa proporção cai a 3/5 quando o hotel é de propriedade estrangeira.

Os efeitos positivos do turismo sobre o balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento são também celebrados. De fato, o turismo internacional vem sendo uma das mais importantes fontes de moeda estrangeira para muitos desses países, a exemplo do Quênia, Egito, Tailândia, Fiji, Jamaica e Bermudas, de acordo com Sinclair (1998). Mas esse mesmo autor chama a atenção para o fato de que a contribuição do setor de turismo para o incremento das receitas em moeda estrangeira não é um indicador confiável de sua importância para o conjunto da economia, uma vez que muitos desses dados e as metodologias de cálculo são inconsistentes.

Muito embora reconheça a importância dos dois elementos citados anteriormente, Sinclair (1998) ressalta que a causa mais importante das discrepâncias dos efeitos do setor de turismo sobre o balanço de pagamentos, entre os vários países, reside na grande variação de grau de integração entre o setor de turismo e os outros setores produtivos de país a país. Para a Espanha, por exemplo, essa contribuição é expressiva, uma vez que grande proporção de bens e serviços consumidos pelos turistas é produzida localmente, enquanto a situação de muitos países periféricos é oposta em função das fracas ligações entre o setor de turismo e os outros setores.

Exemplo dessa última situação é o do Caribe que, segundo dados registrados em Lage e Milone (1998), possui uma Razão de Reflexão do Turismo (RRT) de 70%, ou seja, de cada US\$1 recebido na atividade turística US\$0,70 saem do país na forma de pagamento de importação. Não há dúvidas que quanto mais ligações existirem entre o setor de turismo e os outros setores das economias locais, maior será a capacidade de incrementar os níveis de emprego e renda preexistentes.

Adicionalmente, o nível de impactos da atividade do setor de turismo sobre a renda depende, também, dos gastos dos turistas. O efeito multiplicador desses gastos talvez seja o aspecto mais estudado na área. Apesar da grande variação de magnitude desses multiplicadores calculados para um conjunto expressivo de países periféricos, e registrados em Archer (apud Sinclair, 1998), pode-se tirar conclusões importantes com base na comparação entre eles e o montante total de gastos dos turistas retido no país hospedeiro.

Uma dessas conclusões é que se o multiplicador é alto mas a proporção dos gastos do turista represada no país hospedeiro é baixa, então a renda total gerada e internalizada no local será baixa. Muitos dos gastos dos turistas que se destinam a países em desenvolvimento são realizados por operadores de países centrais, que utilizam companhias aéreas e hotéis de seus países de origem. Dessa forma, parcela expressiva dos gastos dos turistas fica retida no país de origem para cobrir despesas com operadores, agências de viagem e companhias aéreas ou é remetida para eles na forma de lucros dos proprietários estrangeiros das redes de hotel.

Então, nesse contexto, ampliar as compras de segmentos do setor de turismo junto às comunidades locais funciona como um poderoso estímulo à amplificação dos efeitos positivos do turismo. Isso amplia a importância do turista doméstico, que consome mais intensamente produtos locais, assim como o desenvolvimento de redes de produtores locais de insumos manufaturados e do setor agropecuário para o setor de turismo tende a contribuir para a elevação da proporção das receitas em moeda estrangeira geradas pelo setor e represada na economia local (Sinclair, 1998).

Estudos enfatizam também outros efeitos sociais negativos derivados da atividade. Nesse sentido, aponta-se a tendência ao desenvolvimento incontrolado de certas práticas turísticas, como o turismo sexual. O crescimento do turismo internacional pode também vir acompanhado de elevação da prostituição em países em desenvolvimento porque ganha-se muito mais com prostituição do que com as atividades tradicionais preexistentes (Sinclair, 1998). Cita-se ainda no balanço negativo da atividade o processo de aculturação e, portanto, de corrupção dos valores tradicionais (Cazes, 1996).

Existem inúmeros estudos voltados, exclusivamente, para analisar o fenômeno da migração, que se acentua em paralelo ao desenvolvimento de sítios turísticos e dos impactos gerados sobre os padrões demográficos das localidades receptoras. Salvà Tomàs (1996), por exemplo, mostrou que a migração no sentido

dos locais turísticos se dá não só na fase de implantação, como também na de funcionamento. Acrescenta, ainda, que se observa, inicialmente, um crescimento da população masculina, seguida da expansão da população feminina.

O aumento da taxa de natalidade e o rejuvenescimento da população da área conformam fenômenos demográficos também identificados por Salvà Tomàs (1996). Tem-se verificado, ainda, o desenvolvimento de ações racistas e xenóforas; segregação espacial entre turistas (guetos) e trabalhadores (periferia); e riscos de banalização e de diluição das tradições culturais locais. Há registros sobre a ocorrência desses fenômenos na Espanha, em Cancún e no Brasil (Ilhabela — SP) (Salvà Tomàs, 1996).

Na Bahia, em Porto Seguro, os seguintes impactos decorrentes da concentração da população e da migração sobre o local foram detectados: falta de controle sobre novos assentamentos; favelização; invasão de terras privadas ou inadequadas para urbanização; superprodução de esgoto e lixo e conseqüente poluição; crescimento exagerado do comércio informal com degradação do comércio formal; sobrecarga da infra-estrutura existente; massificação das áreas de lazer e praias; declínio da auto-estima da comunidade local e desestruturação social; incapacidade de gestão do problema por parte do poder público municipal (Almeida Neto, Gottschall e Cypriano, 1997).

Complementarmente, a investigação feita por Calvente (1996) é bastante ilustrativa quanto aos efeitos do desenvolvimento turístico sobre comunidades litorâneas de São Paulo. Esse autor mostrou que, independentemente do tipo de relação dos locais com o turismo (são três comunidades analisadas nas quais o processo de interação com o turismo se dá de forma diferente), ocorreram os seguintes problemas comuns: transformação do agricultor/pescador em proletário ou pequeno comerciante (no melhor dos casos); transformação do valor de uso da terra em valor mercantil; violenta especulação imobiliária; perda da posse de terras pelos nativos; dificuldades de acesso ao mar (muros, cercamento, tentativas de privatização das praias etc.); dificuldade de trabalho para o local devido à sazonalidade do turismo; e “regionalismo” como fator de auto-identificação do elemento local.

As questões ambientais são também recorrentemente usadas no balanço dos impactos das atividades turísticas, ressaltando-se a perversa contradição inerente à atividade turística que, de um lado, requer a abertura tão ampla quanto possível dos sítios para uma freqüentação ativa e, de outro, repõe as exigências de preservação das qualidades originais que fundam e perenizam a atratividade desses sítios (Cazes, 1996).

De outro ponto de vista, tem-se que muitos dos recursos naturais são bens públicos e o livre acesso a eles geralmente leva a um sobreuso. Ademais externalidades negativas são geradas quando, por exemplo, a construção de um hotel pode levar a níveis maiores de poluição ou quando são magnificadas as desigualdades intrage-rações por afastamento dos residentes locais de suas casas, como ocorreu no Egito,

Gâmbia, México, Marrocos, Filipinas (Sinclair, 1998) e no Pelourinho, em Salvador, Bahia.

Embora reconheça o valor da paisagem<sup>5</sup> para toda a oferta turística, Font (1992), citado por Pires (1996), também identifica nesta atividade uma das maiores causas de sua degradação, o que impacta negativamente sobre a própria rentabilidade econômica dos assentamentos turísticos. Pires (1996) cita que Font (1992) recomenda que a paisagem deve ser considerada um recurso turístico muito mais valioso que os outros, por ser a imagem utilizada mais freqüentemente para difundir tal oferta.

Para Sinclair (1998), o que está por trás de modelos não-sustentáveis são as falhas de mercado. As respostas a essas falhas variam. Uma vertente de pensamento sugere que as imperfeições do mercado nas formas de externalidades e bens públicos podem ser resolvidas por meio da internalização e alocação de direitos de propriedade, de forma que qualquer outro tipo de intervenção, além de desnecessária, é ineficiente.

Outra vertente considera que muitas imperfeições são inerentes ao mercado, o que abre espaço para a intervenção sobre ele, considerando seu caráter de instituição socialmente construída. Para essa última vertente, modelos de avaliação de recursos são apenas um dos instrumentos para a formulação de políticas de utilização dos recursos naturais baseadas em preço. Taxas e subsídios podem ser usados para corrigir preços super ou subdimensionados. Subsídios cruzados devem ser usados, colocando o turista estrangeiro para pagar taxas para acesso a parques e reservas naturais mais elevadas, por exemplo. O sistema de regulação também pode ser usado para limitar o acesso a, controlar a qualidade dos recursos naturais e “indenizar” as sociedades locais pelo uso e apropriação privados do meio ambiente local. O controle sobre os recursos naturais torna-se problemático se os proprietários são estrangeiros ou são representantes das elites locais com expectativas de maximização da rentabilidade de seus empreendimentos no curto prazo, ainda de acordo com Sinclair (1998).

Dentro do elenco de forças restritas dos impulsos dinâmicos do turismo, cita-se a sazonalidade dessa atividade. A sazonalidade estimula a superconcentração espacial e a tendência à superexploração da atividade. Para fazer face a essa característica negativa, a experiência tem indicado a adoção, entre outras, das seguintes alternativas: ampliar as estações, diversificar os atrativos e diversificar as estruturas locais de produção.

A constatação desses problemas leva Rodrigues (1996) a questionar os efeitos multiplicadores do setor turístico, assim como a sua capacidade de estimular pro-

---

<sup>5</sup> A paisagem, segundo Font (1992, citado por Pires, 1996), é o aspecto visível e perceptível do espaço.

cessos de dinamização de economias regionais e locais, e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para conservação do meio natural. Ou seja, o autor questiona a possibilidade de projetos de desenvolvimento sustentado cujo eixo seja a atividade turística.

A exemplo de outros setores produtivos, a existência de altos vazamentos tende a indicar que o turismo, pelo menos como atualmente está organizado, não tem gerado uma contribuição efetiva para reduzir os problemas no mundo em desenvolvimento (Falcão, 1996).

Todos os casos citados ilustram, no entanto, um tipo de abordagem da atividade turística que se apóia na reprodução do espaço como perfeito simulacro, ou seja, que se baseia na criação do não-lugar. O não-lugar não é a simples negação do lugar. É uma outra coisa. É produto de relações outras, engendradas pela indústria turística, que com sua atividade produz simulacros ou constrói simulacros de lugares, através da não-identidade e de comportamentos e modos de apropriação desses lugares (Ferrara, 1996).

Nesse contexto, o espaço mercantiliza-se com as praias, montanhas e campos, entrando no circuito da troca, apropriadas, privadamente, como áreas de lazer por quem pode fazer uso delas. O lazer nas sociedades modernas torna-se uma nova necessidade em vez de atividade espontânea. Em função disso, cidades inteiras transformam-se com o objetivo precípuo de atrair turistas, e esse processo tem provocado tanto o sentimento de estranhamento — para os habitantes das cidades transformadas em pontos de atração turística — como tem transformado tudo em espetáculo e o turista em espectador passivo (Carlos, 1996). Assim, dadas essas configurações, existe possibilidade de o segmento de turismo vir a ser o eixo de modelos de desenvolvimento sustentáveis?

#### 4. Considerações finais: em busca de evidências para a consistência de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável

Muito embora os problemas relacionados com os espaços objeto de exploração turística citados, não se acredita que tais problemas derivem de características inerentes ao setor de turismo. Eles ligam-se ao modelo de exploração da atividade de turismo, até hoje hegemônico. Assim, acredita-se, que o turismo, como outros segmentos produtivos, pode vir a ser eixo articulador de projetos de desenvolvimento local sustentado.

A favor dessa linha de argumentação cita-se que o espaço-território turístico se cria e recria como valor de uso (e também como valor de troca), sem que sua destruição seja obrigatória, ainda que às vezes ocorra, como nos lembra Nicolas (1996). Partindo da idéia de que o espaço-território é a matéria-prima do turismo, Yázige

(1996) considera que o turismo, se bem conduzido, pode promover a paisagem. No entanto, ele prossegue afirmando que “é preciso ter claro que a paisagem interessa antes aos habitantes locais e que só uma relação de estima deles com ela é que despertará o interesse dos transeuntes, visitantes, turistas” (Yázige, 1996:134).

Sem dúvida, a paisagem, indissociável da idéia de espaço-território, é constantemente refeita segundo os padrões locais de produção, sociais, culturais e dos fatores geográficos, e tem importante papel no direcionamento dos fluxos turísticos. No entanto, uma paisagem degradada, associada a outros aspectos negativos como a pobreza e a violência, exclui as localidades assim caracterizadas dos fluxos internacionais de turismo. Dessa forma, a preservação da qualidade da paisagem é um objetivo social a ser alcançado nas regiões/locais de turismo. Enfim, “parece claro e definitivo que a miséria, especialmente quando associada à violência e ao vandalismo, é incompatível com a idéia de turismo” (Yázige, 1996:152).

Reforço complementar para repensar a atividade turística emerge da leitura de Gallero (2001). Segundo esse autor, não se pode pensar que o turismo é um fator externo, uma atividade exógena ao espaço e à sociedade. Pelo contrário, o turismo é um fator constitutivo das sociedades atuais. Nesse aspecto, Gallero (2001) corrobora a visão de Lanfant (1994) que condena uma determinada concepção do turismo que termina por fazer do turismo um corpo estranho e do turista um intruso, um agente de contaminação.

Essa difamação e condenação do turista refletem, segundo Knafou (1996), uma clássica atitude elitista, fundada na recusa de dividir alguns lugares e certas práticas. O turista incomoda, sobretudo, por ser estrangeiro e móvel; por ser livre; por estar perto de nós. Enfim, o turista incomoda porque é em nome dele que se destrói o meio ambiente. Segundo Knafou (1996), os argumentos mais freqüentemente empregados para condenar o turismo em nome da preservação do meio ambiente — de certa concepção de meio ambiente — são de quatro tipos.

- 1 O argumento de “antes era melhor” reflete a rejeição da novidade ou a recusa de sua própria evolução. As palavras de Knafou (1996:65) são insubstituíveis:

acreditamos que não é primordialmente o lugar que se transforma, mas nós mesmos, e com nossas lembranças que não são as do lugar em si, mas de nós mesmos, mais jovens, no lugar em questão. O que é lamentável, é que não é fundamentalmente a transformação do lugar, mas nossa própria transformação que nos faz lembrar do lugar de outrora, ou recentemente freqüentado. E, deste fato, raras são as evoluções percebidas como positivas, porque são contrárias ao modo pelo qual os homens freqüentemente percebem sua própria evolução.

- t O argumento da saturação dos lugares espelha o medo da quantidade ou a recusa de mudança coletiva. Em função dele, é preciso limitar o número para preservar os recursos, o que denota que a quantidade é contrária ao bom funcionamento de um lugar turístico.
- t O argumento da racionalidade econômica, segundo o qual o turismo é devorador das paisagens nas quais se insere, busca escamotear o fato de que os lugares saturados têm, indiscutivelmente, um duplo significado. O grande número é, ao mesmo tempo, responsável por evidências incômodas que muitos deploram e por animação que muitos buscam.
- t O argumento da crise defende que os lugares muito urbanizados espantariam os turistas.

Concordando, mais uma vez, com Knafou (1996), essa tipificação das teses sobre o turismo não pretende mascarar os problemas vinculados a esta atividade, que já foram exaustivamente comentados neste artigo, mas sim colocá-los nos devidos termos. Não se trata, portanto, de negar as disfunções que alcançam as áreas turísticas e, em particular, as áreas mais intensamente visitadas e de países em desenvolvimento. Mas sim de isolar os argumentos de natureza moral, para que se possa melhor vislumbrar os problemas e as soluções.

O próprio Rodrigues (1996) indica um dos grandes problemas dos modelos de desenvolvimento turístico implantados nos países do Cone Sul: o caráter monoprodutor, a partir do qual o turismo é visto como a única alternativa de valorização para as regiões, que apresentam potencial para tanto. Além disso, tais modelos fundam-se, quase exclusivamente, na exploração da modalidade turismo de massa, abrindo-se mão, automaticamente, da possibilidade de exploração combinada das suas diversas modalidades. Adicionalmente, são modelos que não focalizam nem o requisito de internalização progressiva nos locais de componentes do *cluster* de turismo, nem tomam como referência os padrões socioeconômicos e culturais locais, e de desenvolvimento das regiões nas quais os locais estão inseridos. São modelos, ainda, impostos, frequentemente, de “cima para baixo” e de “fora para dentro”, e que levam ao paroxismo a separação entre turista e o território, além de não levarem em consideração a necessidade de gestão social e ambiental.

Aliás, as relações entre território e turismo têm sido objeto de muitos estudos ensejando um número grande de taxonomias que estilizam essa relação. Knafou (1996), por exemplo, desenvolveu uma taxonomia bastante inspiradora. Para ele, pode existir território sem turismo. Situação mais freqüente nos primórdios do turismo no século XVIII, mas ainda hoje encontrável, apesar da transformação turística de uma parte do espaço mundial. Pode existir um turismo sem território,



isto é um turismo que não procede de iniciativas de turistas, mas que resulta de iniciativas das operadoras de turismo de colocar um produto no mercado. A forma mais acabada de turismo sem território, isto é, do turismo que se contenta com os sítios e lugares equipados, é o turismo “fora do solo”, quase completamente indiferente à região que o acolhe. Por fim, podem existir territórios turísticos que consistem em territórios inventados pelos turistas e reprocessados pelos operadores turísticos e pelos planejadores.

Com base na discussão teórica já traçada neste artigo, sugere-se a possibilidade de vir a existir um outro tipo de território turístico. Aquele que é construído e reconstruído pelo embate cotidiano dos diferentes atores do local, movidos pelos seus interesses, e reprocessado pelas suas representações político-sociais, empresas, planejadores e governos, tendo como referência os padrões de consumo dos turistas, as necessidades das populações locais, as expectativas de lucratividade das empresas e os imperativos de conservação ambiental.

A exemplo das outras tipologias de turismo, essa última pode também ser criada. Um dos meios para essa criação são as políticas de planejamento do território e de redução das desigualdades regionais e sociais. Com esse objetivo, o turismo não pode ser tratado como o único vetor de desenvolvimento, mas sim como uma fonte complementar, cujas infra-estruturas e equipamentos podem servir a outros fins e se inscreverem em processos integrados de valorização territorial. O turismo não pode ser reduzido, também, ao exercício de uma única modalidade, nem submetido ao império de modelos de relação do turista com a paisagem que tende a se tornar obsoleto. O desenvolvimento e fortalecimento nos locais de componentes do *cluster* de turismo devem ser focalizados pelas políticas públicas e, simultaneamente, visar à ampliação das estações e tempo de permanência dos turistas. A gestão social de projetos de desenvolvimento local com eixo no turismo e a instituição de sistema de regulação da atividade para limitar o uso, controlar a qualidade do meio ambiente e “indenizar” as sociedades locais por sua renúncia relativa ao usufruto e pela apropriação e uso privados de seu patrimônio sociocultural e ambiental são outras precondições para que o modelo de exploração do turismo seja sustentável.

Se várias tendências, observáveis no mundo do turismo, não dão sustentação à idéia de um modelo de turismo sustentável, várias outras o fazem. Essas tendências (ou melhor, contratendências) são:

- 1 sob estímulo de movimentos conservacionistas, observa-se a ampliação da conscientização sobre o estreito relacionamento do homem com o meio, o que os levará os projetos que ultrapassam os limites de agressão ao ambiente à rejeição, tanto pelos especialistas como pelos turistas;

- t para barrar a degradação de suas condições de vida, as populações de áreas transformadas em turísticas inclinam-se, gradualmente, a adotar estratégias adequadas à preservação do seu patrimônio natural e artístico;
- t em função das pressões da opinião pública e dos altos custos de recuperação de áreas degradadas, as autoridades públicas e instituições políticas mostram-se mais permeáveis aos interesses das comunidades, o que vem se refletindo sobre as propostas de planejamento e em efetivo compromisso de cumprimento dessas propostas;
- t uma sensibilidade ambiental crescente vem estimulando, com mais frequência, os esforços no sentido de proteger, conservar e valorizar tanto o meio natural como o sociocultural, o que levará a produzir efeitos sobre a visão empresarial de busca de lucro no curto prazo e implicará a valorização do planejamento de longo prazo como pré-requisito para o sucesso empresarial (Almeida Neto, Gottschall e Cypriano, 1997);
- t a conscientização ambiental tem alcançado também o setor de alojamentos turísticos, com a valorização das restaurações ou reformas em substituição à construção de novos hotéis (Almeida Neto, Gottschall e Cypriano, 1997);
- t mudanças no perfil do consumidor, que passa a incorporar novos valores e estilos de vida, compõem também o novo cenário no qual o turismo se insere. Conscientização ecológica, estilo de vida proativo, valorização do próprio tempo e estilo de consumo mais consciente serão algumas das características desses novos consumidores. Naisbitt (1994) prevê que o turista passará a buscar nos lugares visitados um aprendizado, um conhecimento, um enriquecimento pessoal, o que o retirará, gradualmente, de dentro dos ônibus de excursão. Para Martin e Mason (1994), as atrações turísticas dos locais pesarão, cada vez mais, na decisão dos turistas sobre os locais a visitar. Além disso, segundo eles, o visitante potencial do futuro será mais exigente em termos de qualidade, tanto do ambiente natural quanto do construído, dos serviços e das experiências vividas, além de gastar mais, desde que os produtos/serviços oferecidos atendam suas expectativas. Essas mudanças estimulam mais ainda as transformações nas condutas das empresas da área do turismo;
- t incentivo de organismos representativos dos próprios interesses turísticos como Organização Mundial do Turismo (OMT) e World Travel Tourist Council (WTTC) à regulamentação da atividade, ao abandono da prática empresarial de busca de lucro imediato, e à educação dos viajantes, como forma de perseguir a adoção de um modelo de turismo sustentável e saudável.

Mas, apesar de todo avanço econômico, social e tecnológico, visível inclusive em países tão contraditórios como o Brasil, a formulação e implementação de projetos de desenvolvimento sustentado nucleados pela atividade turística ainda não são fáceis de efetivar, sobretudo aqueles consubstanciados nas cinco dimensões referidas: ecológica, social, econômica, cultural e espacial.

Isso porque, dentro da proteção dos recursos e lugares turísticos para as gerações futuras, coloca-se, inevitavelmente, a necessidade de limitar a carga de freqüentação e, portanto, corre-se o risco de perder a capacidade de atender o potencial da demanda. Será que os países e regiões de economia deprimida poderão tomar decisões para limitar a carga de freqüentação, o que fatalmente significará menor acesso, hoje, a recursos provenientes da atividade? Qual será o futuro do turismo em bases sustentáveis como atividade lucrativa e atrativa, na ausência de um aparato de regulação da atividade que incorpore os pressupostos de sustentabilidades social, cultural, econômica e espacial?

Como já foi citado, o desenvolvimento sustentável requer a compatibilização, no tempo e no espaço, entre crescimento, eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social, o que implica uma nova articulação entre as dimensões referidas. Embora deva começar a ser construída de imediato, se nessa nova articulação continuar a predominar a opção pela ênfase em eficiência econômica, por exemplo, pode haver impactos negativos sobre a dimensão de equidade, ou se predominar a opção pela equidade podem ser gerados impactos negativos insustentáveis sobre a eficiência econômica, sobretudo em locais com economias frágeis e desatualizadas.

Em outras palavras, se a opção for pela adoção de modelos sustentáveis de exploração do turismo, taxas de lucros, níveis de satisfação da demanda e de arrecadação dos governos menores no curto prazo podem acontecer. Isso restringiria o uso dos recursos para as populações locais, que, fragilizadas em termos de atendimento de suas necessidades e de capacidade de responder aos novos requisitos do modelo de desenvolvimento, podem retirar o apoio político a tais projetos.

O importante é alcançar o balanço possível entre os objetivos de equidade e de eficiência econômica com base na construção de consensos sociais sobre os resultados esperados dos projetos de desenvolvimento sustentável. Nessas negociações, os princípios de contrapartida podem funcionar como instrumentos poderosos de negociação e de consenso.

Apesar da grande incerteza quanto ao futuro da atividade, e sobre quais serão, efetivamente, as soluções encaminhadas e bem-sucedidas, sabe-se, com segurança, que a única escala factível de conciliar as diferenças de perspectiva e interesses em jogo é a local, que abre espaço para gestão democrática do território, com base na ação coletiva. Além disso, a transposição de projetos do “mundo das

idéias” para o “mundo do fazer” constitui-se em desafio desde que o homem é homem.

### Referências bibliográficas

ALBAGLI, S. *Globalização e espacialidade: o novo papel do local*. Nota Técnica 04/98. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, mar. 1998. ms.

ALMEIDA NETO, C.; GOTTSCHALL, C.; CYPRIANO, C. A. de C. *A contextualização da costa do descobrimento*. Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997. ms.

ALMEIDA, P. H. *Pequena empresa e desenvolvimento local — os limites da abordagem competitiva*. Salvador, 2001. ms.

AMADIEU, J. France. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.; PIORE, M. J. (Eds.). *The re-emergence of small enterprises: industria restructuring in industrialised countries*. 2. ed. Geneva, Switzerland: International Labor Organization, 1991.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação de estratégias alternativas (à guerra fiscal). In: ANPEC, 20., Campos do Jordão, 1992. *Anais...* Campos do Jordão: Anpec, 1992. v. 1, p. 590-609.

AOKI, M.; MURDOCK, K.; OKUNO-FUJIWARA, M. *Beyond the East Asian miracle: introducing the market enhance view*. [s.d.].ms.

AROCENA, José. Los paradigmas del desarrollo y lo local. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 41, p. 5-21, 1988.

AZAIS, C.; CORSANI, A.; NICOLAS, P. Indústria e território: o que a economia industrial e a economia espacial têm a nos oferecer? *Revista Anpec*, Brasília, n. 2, p. 91-113, ago. 1993.

BECATTINE, G. Italy. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.; PIORE, M. J. (Eds.). *The re-emergence of small enterprises: industry restructuring in industrialised countries*. 2. ed. Geneva, Switzerland: International Labor Organization, 1991.

BECKER, B. K. A geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. *RBG*, v. 53, n. 3, 1991.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda da discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. D. (Org.). *Turismo desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BUARQUE, S. C. Desenvolvimento sustentável: conceitos e desafios. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 5-15, set. 1996.

- BUSTELO, P. *Teorías contemporâneas del desarrollo económico*. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.
- CALVENTE, M. C. M. H. O impacto do turismo sobre comunidades de Ilhabela (SP). In: LEMOS, A. I. G. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARA, R. B. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia — reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGE, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). *Turismo — espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena, M. M. Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES H. M. M. (Eds.). *Inovação & globalização localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- CASTELLS, M. Hacia el estado red? Globalizacion economica e instituciones politicas en la era de la informacion. In: SEMINÁRIO SOBRE SOCIEDAD Y REFORMA DEL ESTADO. 1998. São Paulo: Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado. 26-28 mar. 1998. ms.
- CASTRO, I. Visibilidade da região e do regionalismo: a escola brasileira em questão. In: LAVINAS, L.; CARDEIAL, L. M. de T.; NABUCO, M. R. (Orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1994.
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia — reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia — reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Tradução de Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- DFID (Department for International Development). *Tourism and poverty elimination: untapped potential*. London: DFID, 1998.
- FALCÃO, J. A. G. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YÁZIGE, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). *Turismo — espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERRARA, L. D. A. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGE, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). *Turismo — espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FONT, J. N. Turismo, percepción del paisaje y planificación del territorio. *Estudios Turísticos*, Madrid, n. 115, p. 45-54, 1992.

GALLERO, Álvaro Lopea. El impacto de la globalización sobre el turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo e geografia: reflexões e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001.

HAMEL, Pierre. Developpement local: une nouvelle culture politique. *Espaces Tempes*, Paris, n. 43-44, p. 43-49, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO — EMBRATUR. Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2002.

KNAFOU, R. Turismo e território — por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia — reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos do turismo. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 30-44, out./dez. 1998.

LANFANT, M. F. Identité mémoire, patrimoine et “touristification” de nos sociétés. Paris: Société, 1994.

LIMA, A. L. C.; LOIOLA, E.; MOURA, S. Perspectivas da gestão local do desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre. *Revista de Economia do Nordeste*, Fortaleza, v. 31, n. 4, p. 986-1018, 2000.

LOIOLA, E. *Agroindústria, competitividade e desenvolvimento regional*. 1998. Tese (Doutorado) — Escola de Administração da UFBA/NPGA, Salvador.

LOVEMAN, G.; SENGENBERGER, W. Introduction — economic e social reorganization in the small and middle-sized enterprise sector. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.; PIORE, M. J. (Eds.). *The re-emergence of small enterprises: industria restructuring in industrialised countries*. 2. ed. Geneva, Switzerland: International Labor Organization, 1991.

MARTIN, B.; MASON, S. The future for attractions: meeting the needs of the new consumers. *Tourism Management*, p. 34-40, Feb. 1994.

MOURA, S. A. Gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 22., Foz do Iguaçu, 1998. *Anais...* Foz do Iguaçu: Anpad, 1998.

NAISBITT, J. *Paradoxo global*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

NICOLAS, D. H. Elementos para un analisis sociogeografico del turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia — reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIORE, M. J. United States of America. In: SENGENBERGER, W.; LOVEMAN, G.; PIORE, M. J. (Eds.). *The re-emergence of small enterprises: industria restructuring in industrialised countries*. 2. ed. Geneva, Switzerland: International Labor Organization, 1991.

PIRES, P. dos S. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGE, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). *Turismo — espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PONTES, P. Reflexos sobre o desenvolvimento sustentável. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 16-25, set. 1996.

PORTER, M. Localização da empresa ainda é uma arma valiosa na era global. *Folha Management*, São Paulo, n. 23, 15 jan. 1996.

———. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, p. 77-90, Nov./Dec. 1998.

———; ———. Ser verde também é ser competitivo. *Exame*, São Paulo, v. 28, n. 24, p. 72, nov. 1995a.

———; ———. Green and competitive. *Harvard Business Review*, p. 120-134, Sept./Oct. 1995b.

———; ———. Toward a new conception of the environment — competitiveness relationship. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 4, p. 97-118, Fall 1995c.

RODRIGUES, A. A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e geografia — reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGE, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). *Turismo — espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SALVÀ TOMÀS, P. A. Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar mediterráneo. In: LEMOS, A. I. G. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SINCLAIR, M. T. Tourism and economic development: a survey. *The Journal of Development Studies*, London, v. 34, n. 5, p. 1-51, June 1998.

SOUZA, M. J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SOUZA, M. C. de A. *Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial*. Brasília: Edição Sebrae, 1995. (Série Estudos e Pesquisas).

TERMES, Montserrat. *La nueva política regional*. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de Barcelona, 1989 (não-publicada).

WILLIAMS, A. M.; SHAW, G. (Eds.). *Tourism & economic development: Western European experiences*. London: Belhaven Press, 1991.

YÁZIGE, E. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGE, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). *Turismo — espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.